

CONTÉUDO PROGRAMÁTICO

PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL DO PRB

A moderna administração pública exige o planejamento prévio. É a organizada por metas, objetivos, programas e atividades, as quais podem ser reunidas em eixos ou temas.

Assim, para nossa Proposta de Governo Municipal do PRB, dividimos a mesma em temas, a saber:

- 1 - Educação e conhecimento libertador;
- 2 - Saúde;
- 3 - Desenvolvimento e inclusão social;
- 4 - Segurança Pública;
- 5 - Desenvolvimento econômico;
- 6 - Infra-estrutura e desenvolvimento urbano;
- 7 – Meio ambiente;
- 8 – Administração municipal cidadã;

1 – Educação e conhecimento libertador

Para o nosso Governo, só o conhecimento é que pode libertar, na plenitude, o cidadão. A educação de qualidade, universal e gratuita será meta permanente do nosso Governo. Para uma educação de qualidade, é indispensável investir na qualificação dos professores; e, em cada escola, no equipamento de laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos da computação e informação digital. Tal qualificação não pode dispensar a avaliação externa do aprendizado, bem como a incorporação de sistemas de administração baseados em metas, para os quais se utilizem indicadores já consagrados.

Nosso Governo Municipal, então melhorará o Conselho Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Educação para:

1.1 Educação Infantil

- Atender, de forma integrada com o Estado, a demanda de alunos a partir dos quatro anos de idade;
- Criar bibliotecas infantis e briquedotecas;
- Integrar-se a programas como a Primeira Infância Melhor (PIM), o fundo do Milênio para a Primeira Infância e o Combate ao Tráfico Internacional de Seres Humanos;
- Garantir salas de aula com material adequado e espaço de recreação ao ar livre;
- Oferecer serviços de alimentação, bem como os de saúde bucal;
- Oferecer acesso à informática, cumprindo a responsabilidade de inclusão digital.

1.2 Ensino Fundamental

- Atender a demanda de alunos com idade de seis anos completos em março;
- Acompanhar a situação dos alunos a partir de avaliação externa, utilizando os resultados da SAEB, da prova Brasil e outros;
- Criar espaços adequados para a prática da educação, ou buscá-los em parceria com a comunidade;
- Criar oportunidades de ofertas de aulas em turno integral;
- Desenvolver projetos articulados à área da cultura, dando ênfase às diferentes manifestações: música, dança, audiovisual, teatro, canto, tradicionalismo, folclore, ginástica e ginchanas culturais;
- Realizar oficinas voltadas à iniciação profissional em parceria com Sesi, Sesc, Ruraltins e empresas locais, desenvolvendo noções iniciais das práticas relativas às diversas profissões;
- Prever políticas de inclusão digital de educandos portadores de necessidades especiais;
- Integrar-se a programa e projetos educativos oferecidos pelo Estado e/ou União;
- Participar de projetos culturais financiados pelo MEC e por outros Ministérios, Governo do Estado via secretarias e implantando-os no município;
- Oferecer acesso à informática, promovendo a inclusão digital.

1.3 Educação Ambiental

Com vista a garantir condições ideais para o pleno desenvolvimento da vida – bem maior do ser humano - nossas escolas, em todos os níveis, precisam de ações como:

- Privilegiar o conhecimento sobre o meio ambiente, sobre sua preservação e sua melhoria.

1.4 Educação para o trânsito

Todos os dias, de uma forma ou de outra, a população do município torna-se participante do trânsito: no centro ou na periferia das cidades, nas estradas, municipais, vicinais ou informais. O pedestre, o ciclista, o motorista, o passageiro, enfim, toda a população é agente de um processo para a qual até hoje ainda não foi preparada. O assustador número de mortes no Brasil – cerca de 35 mil anualmente – e o aterrador custo dos acidentes de trânsito, de R\$ 27 milhões de reais anuais, são mais do que suficientes para justificar que nossas escolas incluam em seus currículos o curso de educação para o trânsito. Sendo assim, o nosso Governo, com o objetivo de garantir o bem estar do nosso povo, propõe:

- Incluir a educação para o trânsito como componente curricular obrigatório para todos os níveis escolares.
- Acesso a CNH para jovens acima de 18 anos, com gratuidade dos exames médicos e psicotécnicos, e subsídios de 50% nos CFC e aulas práticas.

1.5 Inclusão Digital

Nação alguma pode se dar ao luxo de ignorar as tecnologias, sob pena de abrir um imenso fosso educacional, cultural, tecnológico e econômico. Por isso, a proposta é:

- Priorizar a inclusão digital como complemento indispensável às atividades que se desenvolvem na área de educação.
- Promover gradativamente a inclusão de quadros digitais nas escolas do ensino fundamental;

1.6 Cultura

A cultura será uma das marcas deste Governo no município. A criação da Secretaria da Cultura, bem como a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) será a nossa marca. Assim, por meio das atividades culturais, daremos prioridade à articulação entre as atividades de educação, de segurança e de meio ambiente, já que são áreas de grande demanda social, cujo elemento catalisador será as ações culturais.

No âmbito da Secretaria da Cultura, institucionalizaremos a criação de um dirigente municipal da cultura. Sua principal atribuição será articular ações planejadas junto ao CODICE (Conselho dos Dirigentes Municipais e Cultura). Para tanto, será responsável pela estruturação de ações que visem a mobilizar a cultura no município. Neste sentido, será criado o Conselho de Cultura Municipal, bem como a instituição de linhas de financiamentos para os projetos culturais.

Nesse sentido, o nosso Governo propõe:

- Integrar-se os programas de capacitação do sistema Estadual de Museus, de bibliotecas e de cinema itinerante (Roda Cine);
- Desenvolver acessos à produção audiovisual municipal;
- Estimular ações que incorporem a preservação da memória e patrimônio cultural do município;
- Desenvolver ações de fomento à leitura, à produção literária, à produção de artes cênicas e à prática de música.

1.7 – Ensino Superior

- Buscaremos viabilidades econômicas, culturais e científicas para a implantação de novos cursos superiores no Campus da UFT de Tocantinópolis, melhorando e capacitando as novas gerações para o mercado de trabalho - oxigenando a economia local e regional;
- Buscaremos parceria pública com a UFT, como centro colaborador na implantação de políticas públicas para o município;

2. SAÚDE

Nosso partido, historicamente, tem sido defensor da saúde pública como direito do cidadão. Nossos quadros têm demonstrado alta qualificação nesta área.

A política para a saúde que prevemos objetiva os acessos universais, igualitários e gratuitos a todos os cidadãos. Além disso, a ênfase na prevenção é crucial para a qualidade de vida da população, pois apresenta menor relação custo-benefício.

As ações básicas propostas por este Governo com relação à saúde são:

- Promover a saúde e prevenir as doenças, adotando metas baseadas nos indicadores de longevidade e na diminuição de doenças;
- Facilitar o atendimento hospitalar quando ele se fizer necessário;
- Criar redes de saúde da família para tornar o atendimento próximo ao lugar onde as pessoas vivem e trabalham;
- Promover a manutenção de um sistema informatizado e acessível, que possibilite o monitoramento dos atendimentos, das doenças e da entrega de medicamentos, facilitando, assim, o tratamento de problemas epidemiológicos;
- Criar programa para combate ao uso do crack e para apoio à recuperação do dependente, incluindo assistência ao núcleo familiar;
- Enfatizar a importância da política de gratificação para funcionários quando da concretização de metas, reforçando os planos de carreiras.

2.2 Atendimento Básico Hospitalar

Além dos atendimentos básicos mencionados anteriormente, o município contará com uma equipe de retaguarda, instalada em um posto de saúde referencial ou no hospital. O hospital, por sua vez, estará preparado para cirurgias de porte médio e internação a fim de atender às demandas do povo.

3. Desenvolvimento e inclusão social

Em nosso Governo, o investimento mais produtivo será aquele feito nas pessoas, nos cidadãos, investimento que parece ser uma missão reservada quase que exclusivamente para o setor público. A lógica do setor privado é a do maior lucro, do maior rendimento, enquanto que, natural e contrariamente, a do setor público deve ser a do maior desenvolvimento das pessoas e da

cidadania. Para alcançar tais objetivos, o nosso Governo propõe os seguintes programas:

3.1 Qualificação profissional

O município deverá manter:

De forma permanente, com recursos próprios ou em parcerias com terceiros (SENAI, SESC, ITAL, EMBRAPA, RURALTINS etc), programas que possam qualificar seus cidadãos para o fornecimento de mão de obra qualificada para todas as atividades que correspondam ao programa municipal de desenvolvimento.

3.2 Emprego e renda

O município deverá manter:

Programas permanentes de qualificação, com o objetivo de garantir o pleno emprego (Setores: primário, secundário e terciário) ou atividades alternativas de geração de renda, mesmo que temporárias, porém suficientes para a preservação da dignidade.

3.3 Esporte e lazer

Cabe ao município:

- Planejar infra-estrutura para criar alternativas de esporte e lazer;
- Promover competições, instalando equipamentos esportivos;
- Estimular, por meio do esporte e do lazer, o folclore regional.

Cada comunidade tem as suas peculiaridades e preferências. Em nosso Governo público saberemos ouvi-la e criar projetos para atender a tais aspirações.

3.4 Habitação

O direito a morar dignamente está incluído entre os chamado direitos naturais da pessoa humana.

Nem sempre a renda das pessoas lhes garante a satisfação desse direito natural. Em nosso Governo, o poder público municipal deverá:

- Desenvolver, com recursos próprios ou em parceria com outros entes da federação, ou ainda mediante a parceria com agentes de financiamento habitacional:
 - Programas de construção habitacional coletivas, no sistema pré-moldado utilizando concreto, ou argamassa de solo cimento, utilizando o sistema SH, maximizando eficiência, rapidez, qualidade e minimizando custos de construção;
 - Programas de construção habitacional popular individual, urbana e rural;
 - Doações de terrenos para a construção de casas populares para as pessoas reconhecidamente carentes;
 - Acesso a informação sobre os programas de financiamento da casa própria por parte da CEF;

3.5 Atenção à população em situação de risco

Crescem nos núcleos urbanos os contingentes de pessoas que, sem renda e sem amparo familiar, necessitando de apoio da coletividade para sobreviver. Caberá em nosso Governo:

- Manter programas próprios ou estimular as entidades que prestam assistência a:
 - Crianças abandonadas;
 - Crianças e adolescentes em situação de rua;
 - Idosos desamparados;
 - Pessoas carentes em situação de risco.

3.6 Política municipal para a melhor idade

É fato indiscutível que as pessoas estão vivendo mais. Também é verdade que o poder público não tem política de atenção a essas pessoas que, ricas em conhecimento, acabam ficando fora do convívio social. Esse isolamento, além de privar a sociedade da riqueza de suas contribuições, tem encurtado a vida de muitos idosos. Então, em nosso projeto de Governo caberá

ao poder público tornar essa fase da vida também um tempo de bem estar e felicidade. Diante deste cenário, será necessário:

- Estimular e apoiar os grupos de melhor idade;
- Estimular o trabalho e a renda para a população de melhor idade;
- Estimular e apoiar o aproveitamento da população da melhor idade nos programas de formação profissional;
- Estimular e apoiar a participação da população de melhor idade nos conselhos municipais;
- Garantir a ocupação de cidadãos da melhor idade em cargos de confiança e em funções gratificadas.

3.7 Políticas Públicas de Gênero

A luta pela igualdade de gênero se faz pelo exercício da política como pilar fundamental para uma democracia plena. Por isso, espera-se:

- Ampliar a participação e a representação da mulher na política;
- Adotar postura ativa diante do enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher;
- Defender a saúde integral da mulher;
- Inserir a mulher, de forma digna, no mercado de trabalho.
- Priorizar os programas de emprego e renda para a mulher, que sempre fora discriminado pelo mercado de trabalho.

4. Segurança pública

A emergência da questão da segurança pública é das mais candentes e exige uma postura pró-ativa dos dirigentes municipais. Não cabe mais a

desculpa de que a responsabilidade é do Governo do Estado. Nossa Governo adotará uma postura de integração de esforços e desenvolver políticas que, a partir das comunidades locais, criem incentivos anticrime. As autoridades constituídas, prefeitos, vices, vereadores, presidentes de sindicatos, ong's, associações, caciques indígenas, serão líderes de suas comunidades, procurando pela mobilização e pela articulação, promover a segurança comunitária.

Assim, o nosso Governo propõe:

4.1 Quanto à organização comunitária

- Desenvolver a participação comunitária nos trabalhos e na vigilância social – dois poderosos bloqueadores da delinqüência - incentivando os cidadãos a participarem dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs).

4.2 Quanto a ruas e praças mais seguras

- Manter os logradouros públicos limpos e iluminados para que funcionem como elemento de lazer e, também como inibidor da criminalidade.

4.3 Quanto a redes de cultura e lazer

- Manter uma política de promoção da prática e de atividades culturais (música, teatro e dança), que são comprovadamente eficazes instrumentos antidrogas e anticrimes.

4.4 Quanto ao apoio a famílias em situação de risco

- Atuar de forma articulada, junto aos Conselhos Tutelares, ao Ministério Público, Política e Secretaria da Saúde, nos programas sociais e nas redes de apoio às famílias em maior situação de risco.

4.5 Quanto aos programas preventivos antidrogas

- Fortalecer as campanhas antidrogas e fazê-las serem valorizadas por famílias e comunidades pelos resultados relacionados ao combate à violência.

4.6 Quanto ao policiamento comunitário

- Promover redes de integração entre a polícia e as organizações comunitárias, já que o combate aos pequenos delitos é fator preponderante para a redução do crime.

5. Desenvolvimento econômico

Na visão deste Governo, o desenvolvimento que efetivamente conta é o Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, o Desenvolvimento Econômico (PIB), quanto a serviço do Desenvolvimento Humano, será estimulado por este Governo com a maior intensidade.

Desenvolveremos e incentivaremos ações econômicas que mais contribuam para o Desenvolvimento Humano, as quais beneficia o maior número de pessoas possível. Para tanto, o nosso Governo dará prioridade e apoio às pequenas e médias empresas, porque este segmento é o que gera a maior parte do produto interno bruto e é o que abriga a vasta maioria dos empregos.

Assim, o que preconizamos é:

5.1 Quanto à indústria

- Estimular a geração de empregos mediante atração de empresas industriais e do apoio a elas, a fim de que possam explorar as vocações naturais do município e do povo;
- Fomentar incentivos às pequenas e médias empresas, atentando para a regularização dos trabalhadores informais.
- Captação de recursos junto aos Bancos, através das linhas de crédito específico para a Industria como: Proger, Bndes, Fat.

5.2 Quanto ao comércio

- Estabelecer parcerias para qualificar gerentes e trabalhadores do comércio, com vistas à ascensão social e profissional dessa classe;
- Fomentar atividades produtivas no setor primário, que tenham efeito multiplicativo de alto valor agregado, possibilitando emprego, renda proveniente da comercialização;

5.3 Quanto aos serviços

- Estimular constantemente a qualificação dos diversos serviços que sejam necessários ao atendimento de toda a população.

5.4 Quanto à agricultura e à pecuária

Sem renunciar a nossas experiências positivas, devemos, a cada instante, buscarmos novas alternativas para o desenvolvimento agrário, levando em conta nossos recursos naturais e as exigências do ágil mercado globalizado. Propomos, portanto, que, atendidas as características do nosso município, onde predomina a pequena propriedade, com fácil acesso o ano inteiro, energia elétrica em 94% delas, relevo ondulado a plano, portanto o nosso Governo preocupa-se com:

- Promover ações conjuntas com o Ruraltins (Convênios), Embrapa (Transferência de Tecnologia) as quais busquem assistência técnica a produtores, bem como estímulo ao uso da informática/Internet/banco de dados/meteorologia/cotações diárias dos centros de Compra – Ceasa e outros mercados;
- Apoiar programas de desenvolvimento rural que privilegiem a diversificação da produção, como programa de compra de alimentos (PAA), visando abastecer as escolas municipais, creches, hospitais etc. Novas áreas como piscicultura, apicultura, fruticultura e silvicultura podem gerar novas rendas e oportunidades no campo;
- Estimular a comercialização direta de produtos, pelos próprios produtores, em feiras e nas centrais de abastecimento;

- Incentivar ações de saneamento no meio rural como: preservação de mananciais hídricos, coleta seletiva de lixo, construção de cisternas e poços artesianos destinação adequada das águas, dos dejetos humanos e os dos animais;
- Implantar Sistema de Inspeção Municipal (SIM), garantindo qualificação dos produtos na participação nos programas do Governo Federal, Estadual e Municipal, e fomentando a legalização da produção de alimentos – alimento legal;
- Apoiar a participação em programas do setor, como os de reflorestamento, de produção de biocombustíveis e irrigação;
- Apoiar a manutenção e a melhoria da infra-estrutura rural – estradas, bueiros – e dar suporte à execução de outras melhorias rurais;
- Estimular a agricultura familiar e o agronegócio – produção de queijos, iogurtes, palmito, conservas, corantes e criação de pequenos animais;
- Desenvolver políticas que reduzam os contrastes entre a cidade e o campo, para que a vida rural seja variada, vibrante e com a necessária infra-estrutura que motive os jovens a permanecer no campo;
- Criar uma super secretaria de Agricultura voltada para a produção de alto valor agregado e tecnológico, bem como criação dos Conselhos Municipais de Agricultura;
- Parcerias com empresas integradoras de frango e empresários do gênero, frigoríficos de pequenos e grandes animais, empresários do ramo do leite e da construção de aviários;
- Divulgar ao produtor as linhas de crédito disponíveis junto às instituições financeiras, para cada atividade;
- Promover através da secretaria de agricultura municipal e Ruraltins, acesso facilitado ao crédito bem assistência técnica e capacitação tecnológica;

- Implantar um programa de regularização fundiária municipal em parceria com Itertins e Incra, objetivando a emissão de documentos definitivos, para ter acesso ao crédito e cumprir com a função social da terra;

5.5 Quanto ao turismo

A fonte de renda que mais cresce no mundo é a representada pelo turismo. A cada dia, mais pessoas buscam construir seu bem estar a partir do conhecimento de belezas naturais, dos monumentos históricos e das obras de valor artístico e/ou arquitetônico.

Festas municipais ou regionais, típicas ou gastronômicas têm mobilizado contingentes de turistas para todos os lados. Certamente que cada município tem uma ou varias atrações que poderão criar ou ampliar seu fluxo turístico, aumentando a renda média da população. Diante desta realidade, o nosso Governo fará:

- Levantamento do acervo de belezas naturais existentes no município que se possa converter-se em pontos turísticos;
- Levantamento do acervo de monumentos que, igualmente, possam converter-se em pontos turísticos;
- Elaborar o calendário anual de eventos municipais, dando destaque àqueles que possam atrair fluxos turísticos;
- Divulgar, em mídia impressa, os pontos e o calendário turístico do município.

6. Infra-estrutura e Desenvolvimento Urbano

A infra-estrutura e o desenvolvimento urbano será prioridade neste Governo municipal, pois estes elementos compreendem os serviços básicos de água, de esgoto, de coleta e tratamento do lixo, de drenagem pluvial e de serviços de varrição, além da tarefa de manter em condições de circulação as vias públicas.

O abastecimento de água e o tratamento de esgotos deverão ser alvos de muitas discussões nos próximos meses. A Lei Federal 11.445, que estabeleceu a política nacional para o saneamento básico, exige que cada

município estabeleça seu plano básico de saneamento. Isto implica estabelecermos metas para o futuro do município.

Para a Infra-estrutura urbana, o nosso Governo Propõe:

- Fazer um plano para melhorar todas as estradas vicinais;
- Fazer um plano para a pavimentação do perímetro urbano;
- Fazer um plano para melhorar os passeios públicos;
- Definir um plano municipal de praças e áreas de lazer e de esportes;
- Estabelecer metas para a universalização no atendimento de água e definir prazo para o tratamento de esgotos. Para tanto:
 - a- Elaborar e implantar o Plano Básico Municipal de Saneamento;
 - b- Estimular o uso de coletores de água da chuva para uso geral;
 - c- Fiscalizar a concessionária responsável pela execução dos serviços de abastecimento de água e esgoto no município.
- Reavaliar o serviço de limpeza pública existente;
- Propor campanhas de educação ambiental e participar delas;
- Implantar a coleta seletiva de lixo no município que acontece de forma parcial por catadores clandestinos no lixão;
- Propor campanhas para limpeza dos rios, com participação comunitária;
- Estimular o plantio de árvores nas ruas e terrenos particulares;
- Incentivar o uso de energia limpa.

7- Meio ambiente

As condições ambientais verificadas neste inicio do terceiro milênio são preocupantes. O enfrentamento desta situação, para garantir as condições ambientais minimamente aceitáveis, para hoje e para o futuro, deve ser meta de todos.

Por isso, o nosso plano de governo deverá garantir:

7.1- Plano municipal socioambiental

- Elaborar um plano municipal de desenvolvimento socioambiental que proteja os recursos ambientais (água, flora e fauna) e que se

baseie no regramento do uso do solo, no crescimento econômico e na sustentabilidade.

7.2 – Áreas de preservação

- Localizar e demarcar as APPs (Áreas de Preservação Permanente) e todas as demais APs (Áreas de Preservação), protegendo-as de todo e qualquer uso, independente do agente de acordo com o Plano Diretor.

7.3 – Política ambiental

- Implantar mecanismos de licenciamento – em coerência com a política estadual e federal do setor e de fiscalização do exercício de atividades que possam resultar em impacto ambiental negativo.

7.4 – Fontes alternativas de energia

- Incentivar o potencial energético do município (Produção de carvão vegetal do coco babaçu e briquete), atentando para que se evitem possíveis impactos no meio ambiente;
- Coibir, sempre que possível, a utilização de energia poluidora, apontando fonte energética alternativa.

8. Administração municipal cidadã

Nossa administração será precursora na participação popular porque favorece o acompanhamento pelo cidadão da administração pública. A esfera do município é o ente ideal para tornar esta bandeira uma realidade e promoverá a participação e o controle político-administrativo pelo cidadão.

A nossa administração dedicar-se a:

8.1 Quanto à organização popular

- Ser agente de estímulo e apoio à organização popular: associações de moradores, clubes de mães, clubes da melhor idade, grêmios estudantis, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, clubes de serviços, enfim, todas as organizações populares.

8.2 Quanto à democracia participativa

O Controle Social foi criação do nosso partido na Constituição de 1988, por isso, a nossa administração objetiva:

- Defender – em todas as áreas que requerem políticas públicas, como por exemplo, as da saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura, desenvolvimento econômico, agricultura e outros – a criação ou manutenção do seguinte conjunto normativo:
 - a- Conselho Municipal: Fórum específico, criado por lei, com objetivo de definir as linhas gerais da política pública da área.
 - b- Plano Municipal: O plano é o resultado da atividade do Conselho, como formulador da política municipal setorial que vai embasar a proposta orçamentária anual.
 - c- Fundo Municipal do Setor: Criação de fundo específico para gerenciar as receitas e despesas do setor.

8.3 Quanto ao atendimento ao público

- Agilizar atendimento da população pelos órgãos públicos, preferencialmente por meio de apenas um único contato (Centro Integrado) com o órgão para a satisfação de sua necessidade.

8.4 Quanto ao acesso à informação

- Ser uma administração transparente;
- Investir na informatização para acesso público às informações, criando terminais específicos de auto-serviços localizados em estabelecimentos da administração municipal.

8.5 Quanto à valorização e qualificação profissional

- Investir na elaboração de um plano de carreira e de função que garanta aos servidores ascensão no aspecto profissional e remuneração proporcional à ascensão.

8.6 Quanto ao compromisso com a juventude

Considerando que estamos vivendo o século da informatização e da globalização do conhecimento, é inquestionável que os jovens, genericamente, estão mais familiarizados à utilização dos modernos meios de informatização e integração do conhecimento. Assim sendo, na nossa administração, será preciso:

- Assegurar a participação dos jovens no mínimo em 20% dos cargos, como reconhecimento de seu potencial e como estímulo à valorização da política.
- Acesso ao mercado de trabalho, com políticas públicas para valorizar os melhores em várias áreas;
- Acesso a documentos de forma gratuita como; fotos 3x4, plastificação, carteira de trabalho;
- Para os maiores de 18 anos facilidade na obtenção da CNH, e orientação para retirada de CPF, título de eleitor e reservista;

8.7 Quanto ao reconhecimento à melhor idade

O nosso Governo entende que a coletividade deve homenagear aqueles que abriram os caminhos por onde hoje trilham nossas jornadas, e pretende:

- Defender que sejam reservados 10% dos cargos para os cidadãos da melhor idade.

O Programa Municipal de nosso Governo é a primeira e mais importante arma para a batalha que vamos travar neste município para romper com a inércia estacionada por administrações sem projetos e planejamento, onde buscaremos a vitória para prefeito e vice-prefeito e, também, para os nossos vereadores.